



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 22/2015

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição.-----

----- Pelas quinze horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Presidente da Câmara iniciou os trabalhos por apresentar um voto de pesar pelos atentados ocorridos em Paris no dia 13 de novembro, que leu (anexo 1).-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável ao voto de pesar apresentado, considerando inqualificável o que aconteceu em Paris e no dia seguinte no Mali, onde este tipo de ato terrorista ceifou também um número significativo de vidas. Sugeriu, por isso, que o voto pudesse ser mais abrangente e condenasse o terrorismo no geral e incluísse todas as suas vítimas que sofrem e que merecem solidariedade de todos. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Concordou que fosse acrescentada essa referência onde se condene todos os atos de terrorismo no geral e que têm, infelizmente, acontecido nos mais diversos locais do mundo. -----

----- Colocado a votação, o voto foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- De seguida foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas do atentado terrorista em Paris. -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para discussão e aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOUREARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: duzentos e quarenta e nove mil e sessenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco mil euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **PETIÇÃO PÚBLICA PARA ABATE DOS CHOUPOS CIRCUNDANTES À BIBLIOTECA MUNICIPAL EM RIO MAIOR;** -----

----- **MAPA DO CIDADÃO – ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DA “SENHA DIGITAL”;**-----

----- **AGRADECIMENTO – HOMENAGEM A FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA;**-----

----- **VALORSUL – PLANO DE INVESTIMENTOS;**-----

----- **LISTA DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA DO ROSÁRIO BENTO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou felicitando a Câmara Municipal pelas homenagens feitas no Feriado Municipal, que considerou de grande relevância para a população de Rio Maior, nomeadamente ao grande pedagogo Professor Fernando Casimiro Pereira da Silva, por todo o trabalho desenvolvido, também ao Dr. Silvino Sequeira com a atribuição do seu nome ao complexo desportivo, pelo seu contributo inestimável ao Município de Rio Maior, assim como a homenagem a José Luís Soveral e Sérgio Soveral, dizendo que, em seu entender, o contributo dos mesmos foi enorme deixando um grande legado e que esta é uma forma de perpetuar a sua memória. -----

----- De seguida questionou se está ser feita alguma coisa ou se está previsto fazer-se alguma coisa relativamente ao estatuto do bombeiro, que prevê algumas regalias sociais, e que a lei prevê a nível nacional. -----

----- Acerca da petição pública para abate dos choupos considerou que o corte de árvores não pode ser feito de ânimo leve, que provavelmente a situação é até provocada pelas gramíneas, referindo ainda que a sua tristeza pelo necessário abate das palmeiras, que estavam já a colocar em a segurança de pessoas e bens.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção questionando o ponto da situação sobre as obras na E.N.114 e no IC2, ligação Asseiceira/Alto da Serra, que está completamente intransitável devido à chuva, sendo uma situação que se arrasta há décadas e que não é contemplado, pelo menos até 2017, no plano da Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que a intervenção é mais que necessária, e que, para além do arranjo do piso, da sinalização vertical e horizontal, deve também a sinalização de informação, e também do estudo da abertura das duas entradas previstas, uma para Vale de Óbidos e outra para Rio Maior, e que estão trancadas com todo o prejuízo que isso traz para Rio Maior. Considerou que neste assunto, tal como na saúde, deve ser exigida ação e resolução pois o município de Rio Maior não pode ser vítima deste estrangulamento.---

----- Questionou qual o ponto da situação relativamente à transferência de verbas para as freguesias, uma vez que há o compromisso de resolução até final do ano. -----

----- Relativamente ao abate dos choupos começou por dizer que a valorização do espaço público é uma ideia recente, que há trinta anos este era muito pouco valorizado na gestão dos territórios e que atualmente, face à construção vertical, torna-se uma necessidade imperiosa de aproximação de vizinhança, de proximidade e de qualidade de vida. Salientou que à época da opção pelos choupos as condições eram outras, não existia um conhecimento tão especializado e a zona era livre de barreiras arquitetónicas pelo que importa agora é que na próxima plantação de árvores se tenha em conta o espaço em que vão ser colocadas para que futuramente não se coloquem questões desta natureza visto que, a manterem-se as barreiras arquitetónicas que existem irá sempre haver problemas, mesmo que sejam residuais, dizendo que se deve encontrar a notação científica de compromisso e de resposta ao problema, tal como foi feito com as palmeiras, acrescentando que seria importante dar a conhecer, publicamente, os relatórios que sustentam a decisão do corte, já que tem sido abordado por diversas pessoas para saber das razões da mesma. Disse ainda que deve haver a preocupação de não derrubar as árvores, de imediato, mas haver a preocupação de encontrar uma solução de compromisso, dando o exemplo do que foi feito em Santarém e Fátima, dando tempo a que outras árvores possam crescer e simultaneamente garantir qualidade de vida. Sugeriu que sejam pedidos técnicos especializados sobre aquele contexto por forma a escolher as árvores mais adequadas a cada local e que as soluções encontradas sejam amplamente divulgadas.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à questão dos choupos concordou com o procedimento que a Câmara adotou, solicitando parecer a quem está qualificado para o fazer, e disse que,

em seu entender, para além de ser dado conhecimento aos subscritores do “abaixo-assinado”, deve também a Câmara, no sentido de envolver os cidadãos e incentivar à participação nestas questões que os afetam diretamente, desenvolver um trabalho assertivo privilegiando o contacto com aqueles que são diretamente interessados, dando a conhecer os pareceres e relatórios emitidos por entidades idóneas sobre a matéria, mostrando disponibilidade para a discussão aberta sobre o planeamento e as opções futuras, não forçosamente o abate, mas a substituição das árvores, por exemplo, para que elas se revejam na organização desse mesmo espaço. -----

----- Acerca da situação da EN 114, disse acreditar não haver condições de momento para a resolução da situação, dado o governo ainda não ter tomado posse e a gestão corrente não vai permitir tomar decisões desta natureza, mas alertou para que, logo que possível, a Câmara Municipal de Rio Maior lute por esta situação, que é extremamente importante para o concelho e sobre a qual foram assumidos compromissos por governos anteriores.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer um breve enquadramento acerca da legislação publicada sobre o estatuto do Bombeiro e informou das diversas diligências realizadas, já que é intenção da Câmara Municipal aprovar a curto prazo esta condição. Informou que existe há já alguns anos se vem trabalhando conjuntamente nesse sentido e que a Associação Humanitária dos Bombeiros de Rio Maior é uma instituição pela qual a Câmara Municipal tem grande consideração, que apoia mensalmente, e para a qual reconhece a justeza de um estatuto como este, considerando o esforço e as inúmeras horas que este tipo de associação dedica à causa pública. Informou ainda que irá ser agendada uma reunião a curto prazo para dar continuidade a todo o processo.-----

----- Enalteceu depois o êxito alcançado no challenger realizado em Leiria por Miguel Carvalho, que obteve o apuramento nos 50Km de marcha para os jogos olímpicos ao ganhar a prova, considerando este feito um orgulho para Rio Maior, dado tratar-se de um jovem riomaiorense que já representou o Clube de Natação e agora representa o Benfica e que já está no topo mundial com a participação nos jogos olímpicos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por manifestar o seu pesar pelos tristes acontecimentos ocorridos, não só em França mas a nível mundial, lamentando as inúmeras vítimas dos atentados e referiu que se numa guerra convencional se consegue combater, o terrorismo é praticamente impossível, apesar das várias tentativas que se tem feito nesse sentido.--

----- Informou que a atividade “Presépios de Sal” vai decorrer durante todos os fins-

de-semana de dezembro, fazendo votos de grande afluência e que haja por parte de todos aqueles que intervêm colaboração para elevar bem alto o nome de Rio Maior, dizendo que, em seu entender, esta atividade tem sido um êxito para o concelho e para as salinas, fruto do apoio da Autarquia e dos comerciantes locais. -----

----- Acerca das situações relativas às palmeiras e aos choupos, informou que a Câmara solicitou pareceres técnicos e científicos sobre o estado das primeiras ao Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra – Centro de Ecologia Funcional da Unidade de Investigação, e que, com base nos mesmos, foi decidido o abate para salvaguardar situações de perigo eminente dado o estado de podridão das mesmas. Em relação aos segundos disse que de um modo geral todas as árvores podem representar alguns incómodos mas que o bom senso tem que imperar, não se podendo deitar abaixo todas as árvores, fazendo prevalecer o betão. Referiu ainda que compreende os constrangimentos que possam advir daí mas que também, pelo que pode apurar, muitos dos subscritores da petição não vivem naquele local e salientou positivamente o facto de ainda existirem na cidade bastantes árvores lembrando ainda que muitas vezes a poda leva ao aumento de volume e o problema persiste. Sobre o lixo provocado pela queda da folha considerou isso normal da mudança de estação e acerca da existência ou não de árvores questionou sobre o que nos acontecerá se algum dia a Amazónia desaparecer. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Aceitou a sugestão de dar conhecimento dos pareceres emitidos acerca dos choupos dizendo que no ofício que for enviado à primeira subscritora será anexada toda a informação técnica disponível onde se refere que os mesmos não provocam alergia e que a poda resultará no aumento da copa, assim como também será demonstrada toda a disponibilidade para receber todas as pessoas que a primeira subscritora sugerir.-----

----- Quanto ao abate das palmeiras deixou um agradecimento à comunicação social local, por tão bem ter divulgado o assunto, incluindo uma fotografia onde se via as larvas, dizendo ser esta a principal forma de chegar aos munícipes. Salientou que o assunto foi objeto de deliberação de Câmara para tomada de posição conjunta, mesmo não havendo essa obrigatoriedade, e que foi também com muita tristeza que viu as mesmas desaparecerem do local que ocupavam há décadas, afirmando, no entanto, que esta ação foi preferível a um eventual acidente grave pelo qual a Câmara viesse a ser responsabilizada. -----

----- Disse ainda, sobre esta petição ou outras que possam surgir, que as pessoas têm toda a liberdade para as apresentar e que a Câmara Municipal está disponível para dar todas as explicações no papel de quem tem a responsabilidade de tomar

decisões responsáveis. -----

----- Relativamente à EN 114 e ao IC 2 disse concordar com os benefícios das obras em causa e no que concerne à primeira disse haver um pré-acordo entre a Câmara Municipal e a Infraestruturas de Portugal para a execução da obra, como é do conhecimento de todos, pois sendo subsidiada pelos Fundos Comunitários em que a componente nacional seria assumida conjuntamente, no momento não há quem responda perante a situação do novo quadro comunitário e do projeto, sendo que a prioridade neste momento é perceber o seu enquadramento possível em termos de financiamento da obra.-----

----- No que se refere às questões da saúde disse tratar-se de um assunto prioritário e para o qual se está sempre alerta no sentido de obter a melhor solução, agindo na hora certa e junto das pessoas certas. -----

----- Sobre as transferências para as freguesias informou que já foram transferidos cerca de setenta e cinco mil euros e que a Câmara continua a aguardar a indicação das juntas de freguesia para se elaborarem os respetivos autos de medição. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº3 DO ARTIGO 35º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 74/2015, DE 18 DE NOVEMBRO - AUTORIZAÇÃO PARA DELIBERAR DA NÃO OPOSIÇÃO AO VALOR PATRIMONIAL ATRIBUÍDO PELA AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DE PRÉDIOS URBANOS PERTENCENTES A MUNÍCIPE – PETIÇÃO APRESENTADA POR VÍTOR JOSÉ MOURA PINHEIRO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 74/2015, de 18 de novembro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual foi autorizado não pretender exercer o direito de reclamação relativo ao valor patrimonial apurado nas fichas de avaliação patrimonial já referidas, apresentadas pela avaliação efetuada pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, relativas ao prédio urbano nº P2001 da União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, propriedade de Vítor José Moura pinheiro, nos termos propostos pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – PRÉMIO BOMBEIRO DO ANO – COMANDANTE DR. EDUARDO AGOSTINHO – AQUISIÇÃO DE CAPACETE DE CRISTAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior, no montante de 541,80€ (quinhentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos), nos termos da informação n.º 2/UEASCDTJ-SC/2015, de 17 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável mas referiu que a forma como é feito o pedido o deixou apreensivo enquanto membro do executivo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que existe um acordo formalizado para a aquisição do prédio e que o pedido é feito nesse âmbito, acrescentando que dada a importância do prémio é presente ao órgão executivo pela nobreza do ato e pela relevância que tem. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que o próprio regulamento do prémio do “Bombeiro do Ano – Dr. Eduardo Agostinho” prevê a participação da Câmara Municipal de Rio Maior, sendo a aquisição do capacete de cristal sua responsabilidade anual. Acrescentou que, de qualquer forma e em seu entender, tratando-se de instituições poderia haver outra sensibilidade no tratamento do assunto porque a cortesia fica sempre bem entre as partes, não tendo qualquer dúvida que a mesma existe entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e a Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Chamou à atenção da preocupação que tem a ver com o relacionamento institucional e também do facto dos próprios serviços dizerem não haver verba cabimentada. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Informou que no momento da aprovação já está devidamente acautelado o cabimento da verba por força da alteração orçamental entretanto efetuada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto III por impedimento.) -----

----- **PONTO III - DEPOMOR, S.A. – PARQUE DE NEGÓCIOS DE RIO MAIOR – PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO DO TERRENO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da justificação apresentada, autorizar a prorrogação do prazo para pagamento da dívida do terreno no montante atual de 144.976,81 € (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e

setenta e seis euros e oitenta e um cêntimos), acrescido dos respetivos juros, em três prestações do seguinte modo: 1ª Prestação até 30 de abril - 48 325,60 € (quarenta e oito mil trezentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos); 2ª Prestação até 31 de agosto – 48.325,60 € (quarenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos) e 3ª Prestação até 31 de dezembro – 48.325.61 € (quarenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e um cêntimos), e ainda que o pagamento dos suprimentos seja efetuado até 31 de dezembro de 2016, no montante atual de 68.198.17 € (sessenta e oito mil, cento e noventa e oito euros e dezassete cêntimos), acrescido dos respetivos juros.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente a este assunto disse que o ideal seria a sua resolução definitiva, porque embora a Câmara tenha vindo a ter a compreensão devida para com a Depomor dado as dificuldades que o Parque de Negócios enfrenta, esta última também tem que sentir que a Câmara Municipal tem responsabilidades várias, em particular sociais, e que este tipo de situação acaba por restringir a sua atuação nessas áreas. Acrescentou ainda que não percebe o porquê do impedimento legal do representante da Câmara na Depomor não poder estar presente para prestar os esclarecimentos devidos e manifestar-se acerca da posição do membro da Câmara no Conselho de Administração onde foi deliberada a aprovação da proposta agora apresentada. Indicou o sentido de voto favorável no pressuposto que esta será a última vez que o assunto é presente a este órgão para deliberação e que a proposta vai ser cumprida integralmente, porque quando sugeriu que o assunto fosse retirado da agenda de reunião anterior e a Depomor se pronunciasse, foi precisamente no pressuposto desta assumir o compromisso de cumprir o acordado e esta não ser mais uma forma de dilatar o prazo. Considerou que para a sua tomada de posição definitiva seria fundamental esclarecer cabalmente se esse compromisso existe e se a proposta apresentada é mesmo para cumprir. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Disse tratar-se de uma situação que se tem vindo a arrastar, que foi já negociada e renegociada diversas vezes e parece até que já está a haver uma sobreposição dos interesses privados aos interesses públicos. Considerou que a Câmara Municipal não pode pactuar com esta situação e agir como nas restantes situações das dívidas dos municípios em geral e também como a Águas do Oeste age em relação à Câmara Municipal. Afirmou que não queria votar contra mas que não acredita que a situação fique resolvida em 2016 e o compromisso seja cumprido e que, por isso, é o que fará. -

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse faltar elementos que lhe permitissem ajuizar em pleno a intenção que está manifestada. Acrescentou que na última reunião foi por todos reconhecida a retirada do ponto da ordem de trabalhos na perspectiva de se abordar a Depomor para encontrar uma solução com carácter definitivo, atendendo à situação difícil que a Câmara vive e ao tempo que já passou, desde 2011. Questionou qual foi exatamente a posição do representante da Câmara no Conselho de Administração da Depomor, para depois decidir qual o seu sentido de voto. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Iniciou por dizer que todos estão conscientes dos problemas que a Depomor atravessa e que o investimento que foi feito e a expectativa de venda dos lotes não foi concretizada e que sem essa venda não há como realizar liquidez para cumprir os seus compromissos. Acrescentou ainda que quando se fala de compromissos é no sentido global, seja com a banca ou com a Câmara Municipal e que, com toda a certeza, o representante da autarquia conseguiu o melhor acordo possível e que o cumprimento desse acordo é o que se espera que aconteça mas não há forma de garantir, apenas cabendo ao executivo municipal aceitar ou não a proposta apresentada e posteriormente verificar se a mesma é cumprida. Afirmou que se tratando de entidades de boa-fé há que acreditar que os compromissos assumidos serão cumpridos. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Afirmou que é exatamente esse pressuposto de boa-fé sobre o qual assenta este acordo que deveria estar espelhado nos documentos apresentados, salientando que a Câmara demonstrou tolerância, assertividade, sentido de compromisso e que, assim sendo, gostaria de ter a prova documental de que a Depomor também aceita este acordo e tem intenção de o cumprir. Realçou que não é disponibilizado nenhum documento onde esteja refletida a co-responsabilidade e, em seu entender, era importante que existisse, por parte da Depomor, uma carta de compromisso ou uma ata onde isso estivesse assumido. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Frisou que o que está em causa é deliberar aceitar ou não o pagamento em três prestações, deliberação essa que posteriormente será submetida a apreciação da Depomor, que aceita ou não a proposta. Mais disse que a decisão da Depomor será remetida por escrito à Câmara Municipal e caso seja negativa o assunto voltará para discussão e deliberação do executivo municipal. Recordou ainda a existência de várias garantias bancárias que salvaguardam os valores em dívida num valor global de quatrocentos e quarenta e três mil euros. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Para concluir disse que muito se fala sobre todo o processo e participação na Depomor, mas que efetivamente muitos dos pressuposto para o efeito não são os corretos, desde o valor de aquisição dos terrenos, à participação que a Câmara detinha e detêm atualmente, aos valores em dívida e outras tantas situações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo e um voto contra da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente esta proposta coerentemente com a sugestão que foi dada quando o assunto foi retirado da última reunião de Câmara. Nessa altura solicitei que de uma vez por todas fosse perguntado à Depomor que condições aceitaria e se estas são as condições que vêm, parto de boa-fé que elas irão ser cumpridas e, por isso, votei favoravelmente.” -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu absteve-me sobre a questão da proposta porque os elementos que me estão disponibilizados não são suficientes, daí que peça, também na declaração de voto, que me seja facultado a documentação das afirmações da Senhora Presidente sobre que há coisas que se dizem e que não correspondem à verdade, eu queria depois ter acesso e fico à espera. De qualquer modo, as três prestações é, na minha opinião, uma tentativa de consenso e de consensualizar e portanto absteve-me.” -----

----- (O Vereador João António Lopes Candoso voltou à sala.) -----

----- **PONTO IV – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DE TROÇO DE CASAS MONIZES – LIMITE DO CONCELHO (VALE VENTOS) EM 515 – 2ª FASE – PROCESSO Nº 184/2009/DCC – RECEÇÃO DEFINITIVA – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO;**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução prestada pela empresa “Construções Pragosa, S.A.”, no âmbito do contrato de empreitada identificada em epígrafe e nos termos da informação nº 35/2015/UFCAP-RL, datada de 17 de novembro e Auto de receção definitiva de 22 de outubro de 2015 e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO V – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – FASE 2 – LOTE 3 – BENEFICIAÇÃO E MELHORIAS NA LIGAÇÃO ENTRE PAU TORTO E A EM 583 – FREGUESIA DE ARRUDA DOS PISÕES - PROCESSO Nº 113/2009/DCC – RECEÇÃO DEFINITIVA – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução prestada pela empresa “Manuel Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas”, no âmbito do contrato de empreitada identificada em epígrafe e nos termos da informação nº 36/2015/UFCAP-RL, datada de 17 de novembro e Auto de receção definitiva de 3 de novembro de 2015 e respetivos despachos.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VI – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2014/2015 – LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA – GERTAL – COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO – S.A. – CONTRATO Nº37/2014 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a libertação da garantia bancária prestada pela empresa “GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.”, no âmbito do contrato identificado em assunto, nos termos da informação nº 19/SUGFCAP-CF, datada de 13 de novembro de 2015.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Ainda que a Câmara esteja a fazer um procedimento legal, acho que fazer uma libertação de uma garantia bancária no pressuposto que foi prestado um bom serviço, efetivamente não foi. Infelizmente não temos condições de o demonstrar, nem agimos dessa forma, mas custa-me que, de facto, se liberte uma garantia bancária a quem forneceu de forma péssima e prestou um péssimo serviço, na minha opinião.” -----

----- PONTO VII - RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o relatório de acompanhamento referente ao 3º trimestre de

2015, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas previstas no Plano de Ajustamento Financeiro, nos termos do definido na alínea a) do nº 1 do artigo 12º da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção na perspectiva de que todas as dúvidas que a Coligação Democrática Unitária (CDU) e o Partido Comunista Português (PCP) colocaram em relação a este instrumento estão aqui em evidência, revelando que o que deveria ser um plano de apoio à economia local nada o apresenta como tal e afinal apenas serviu para resolver algumas situações para posterior privatização. Mais disse que este plano parte de uma lógica que não é justa, retirando mais de dois mil milhões às autarquias e impondo que todos os serviços que a câmara presta assentem num cálculo da relação custo-benefício, o que levou, consequentemente, ao aumento dos tarifários, das taxas e dos impostos directos e indirectos e à redução do pessoal de 1% até 2017. Considerou que é urgente que o próximo governo em funções tenha em conta que não é possível continuar a exigir tanto aos portugueses e os municípios, que se vêem assim impossibilitados de cumprir a sua missão e despojados daquilo que a constituição e a lei obrigam (23,5% dos impostos e não os 19,7%). Afirmou que o documento que está bem feito, é muito claro, que se poderia ainda perguntar acerca do impacto gerado na receita e na despesa, mas a questão essencial é votar, não contra porque se trata de um relatório, mas abstendo-se e dar um voto político de que é urgente que o próximo governo tenha outra visão do poder local e desagrave as cargas fiscais directas e indirectas ao povo português e ao município e munícipes de Rio Maior. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu, nomeadamente em relação à cobrança por serviços prestados pelo município, que legalmente já deve ser tido em conta o custo-benefício há bastantes anos e que esta imposição não decorre da aplicação do PAEL. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque de uma execução que se perspectivava de 75% apenas foi aplicado 68,5%, evitando a Câmara Municipal, desta forma, onerar ainda mais os cidadãos, pondo em prática algumas situações que poderiam ajudar a reduzir esta diferença. Fez ainda notar que o cumprimento deste programa é, em muito, feito à custa de custos e de impostos cobrados aos contribuintes e que gostaria que essa situação fosse mais comparticipada pela administração central. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- PONTO VIII – CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR “O NINHO” – ADENDA AO PROTOCOLO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é proceder à alteração do prazo de vigência do protocolo, nomeadamente a sua cláusula quarta através de uma adenda ao protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Centro de Educação Especial “O Ninho”, tendo em vista a inserção de onze cidadãos portadores de deficiência motora e/ou intelectual.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- A Presidente da Câmara referiu que os pontos IX a XIX tratam a mesma matéria e têm a mesma finalidade muito embora digam respeito a áreas de atividade diferenciadas, fazendo uma breve introdução geral acerca do enquadramento legal e do procedimento previsto para os mesmos. Colocou ainda à consideração do executivo a possibilidade de as intervenções serem todas feitas em simultâneo e posteriormente a votação ser feita individualmente para cada um dos pontos. Todo o executivo concordou pelo que se seguiu de imediato as intervenções dos membros do executivo municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse conhecer muitos dos processos que aqui são apresentados, alguns deles para os quais já foram emitidas outras declarações de interesse público na expectativa que o assunto se resolvesse, o que nunca aconteceu e lamentou que todo o esforço que os órgãos autárquicos fazem e as expectativas criadas nas empresas não tenham sido concretizados. Referiu que se trata de situações que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do Plano Diretor Municipal (PDM) e algumas delas já existem desde a sua elaboração e de quando este se tornou eficaz em 1995, devido à urgência que havia na aprovação destes planos para que pudessem ser recebidos fundos comunitários. Referiu que para além dessas situações existem outras empresas na mesma situação por outros motivos e que a oportunidade legal que agora se lhes apresenta vigora durante um ano, considerando que a Câmara Municipal agiu corretamente fazendo um esforço por trazer todos os pedidos desta natureza desde já no sentido de abrir a porta à possibilidade de regularizar o maior número de situações possível. Desejou que todo este esforço feito por todas as partes seja frutífero e se

consiga efetivamente resolver estes casos e que não seja mais uma daquelas situações que não resolve nada e o trabalho desenvolvido seja em vão. Acrescentou ainda que das situações apresentadas algumas são declaradamente de interesse para a economia local, pelo número de postos de trabalho e pela força produtiva, outras nem tanto, mas para as quais se procura também encontrar a solução por serem o rendimento de famílias e os próprios posto de trabalho que estão em causa. Indicou que iria votar, mais uma vez, de boa-fé na expectativa que se acabe este tipo de situação, que os PDM's sejam revistos e que esta legislação específica para resolver este problema seja eficaz permitindo, de uma vez por todas, um concelho ordenado, bem planeado, bem gerido e bem fiscalizado. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Iniciou por se referir áquilo que é efetivamente o interesse municipal, dizendo que se trata de toda a iniciativa que expressa um interesse comum, da generalidade da população e de todo o tecido empresarial e associativo concelhio e que contribua para a melhoria das condições de vida das referências culturais e de utilização do espaço público. Afirmou que da análise dos pedidos verificou que todas as empresas têm um interesse comum, que é de alguma forma expandir e defender os seus interesses, e que sendo certo que o interesse público não pode ficar refém do interesse das empresas, é importante para o município que estas empresas se fixem e que continuem a laborar. Indicou o sentido de voto como favorável, acreditando que as coisas se irão compor nesse sentido. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que aquilo que deveria ser a exceção a lei transformou em regra, levando à instrumentalização da Câmara Municipal para ultrapassar uma etapa, que serve de “peneira” dos pedidos e ficando com o ónus de qualquer decisão negativa nesta fase. Considera que se trata de uma lei que foi elaborada para servir alguns, passando para as autarquias qualquer ónus pela não emissão da declaração de interesse o que, em sua opinião, viola a autonomia do poder local porque em primeiro deveria garantir-se a revisão do PDM e integrar aí a análise destas situações. Disse ainda que da análise dos pedidos e das informações dos serviços técnicos da câmara municipal, aplicando os critérios de ponderação, todas as situações ultrapassam o valor necessário para serem considerados interesse municipal. Afirmou que não estará muito disponível para continuar a garantir que este instrumento possa ser banalizado de tal forma que leve a que estejam sempre a ser confrontados as mesmas decisões. Concluiu fazendo votos que estas sejam as últimas situações, que a exemplo de situações anteriores, por uma questão de coerência sua, e também porque esta não é a decisão final que decide a regularização, indicou o sentido de voto

como favorável até para não ser acusado de ser uma força de bloqueio para o desenvolvimento porque aquilo que mais quer são muitos trabalhadores, muito emprego, muitas condições de vida, muito respeito pelo ambiente e que daqui a vinte anos ainda existam casos destes por resolver. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse tratar-se de um conjunto de empresas que têm atividade económica e que perante o ordenamento atual estão numa situação de desconformidade, sendo que em relação a algumas delas essa desconformidade decorre de ampliações feitas durante os anos de crescimento, estando parte das instalações regularizadas e outra parte por regularizar. Realçou que se trata de empresas consolidadas, e não de novas instalações que agora iniciaram atividade, e que pretendem ver as suas instalações e atividades legalizadas através de um instrumento legal que lhes é permitido usar. Referiu que a instrução do processo tem que, obrigatoriamente, incluir a declaração de interesse municipal emitida pela Assembleia Municipal e que a decisão será tomada por um grupo de entidades liderado pela Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) tendo em conta todas as informações constantes dos processos. Concluiu dizendo que é sempre preferível que as empresas possam regularizar as suas situações do que o encerramento das instalações e a sua demolição e que, assim sendo, a Câmara Municipal deve contribuir para a legalização sem criar constrangimentos até porque nenhum dos casos se apresenta, à primeira vista, como uma situação com graves implicações negativas. Indicou o sentido de voto como favorável numa análise global das situações. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Concordou, desde logo, que é uma pena a processo de revisão do PDM não estar concluído mas essa situação deve-se essencialmente à reavaliação de regras da revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN) que, conjuntamente com outros constrangimentos, tem contribuído para o atraso do desenvolvimento destes processos. Avançou ainda que o Município de Rio Maior entregou a proposta de REN Bruta em junho/julho de 2015 e até à presente data não foi emitido nenhum parecer acerca da mesma pelas entidades competentes, limitando a elaboração de outros elementos que constituem o PDM e implicando que dos pedidos presentes para regularização não possam ter sido avaliados nessa sede. No que se refere à legislação específica para estas situações que foi publicada em finais de 2014 para vigorar em 2015, disse que se trata de uma legislação que engloba todas as situações em geral e que se é para que se conseguir a regularização de muitas das situações que existem é preferível recorrer a este instrumento do que se continuar a existir de forma ilegal, para os próprios e para os municípios. Deu também conhecimento que foi

transmitido numa reunião realizada com a CCDRLVT que todos os processos que entrem até 2 de janeiro de 2016, independentemente de estarem totalmente concluídos ou não, será publicada um documento que irá estabelecer um prazo para entrega complementar de documentos. Disse estar convencido de que até final do prazo outros pedidos ainda serão entregues e que a partir do momento em que estes sejam presentes à Câmara e esta decida favoravelmente, estes terão que aguardar por uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ser emitida a respetiva declaração que constitui elementos instrutório do processo na CCDRLVT. Concluiu dizendo que, contrariamente áquilo que muitas vezes consta, os serviços fizeram um esforço grande para informar todos os pedidos entregues mesmo com prazos relativamente curtos para o fazer. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Pediu a palavra para acrescentar que logo quando foi presente o primeiro pedido em fevereiro de 2015, fez um apelo à câmara que divulgasse esta oportunidade para que todos pudessem usufruir da mesma e não apenas alguns esclarecidos que estão mais próximos da informação e que, assim sendo, espera efetivamente que esta seja a derradeira oportunidade para a resolução das situações irregulares, mantendo a Câmara esta disponibilidade para resolver reconhecendo a importância das atividades para o concelho evitando o encerramento e a demolição das instalações em causa. ----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Pediu a palavra para acrescentar que embora a legislação seja de final de 2014, só com a portaria publicada em maio de 2015 é que ficaram definidos, em concreto, quais os elementos que deviam integrar os pedidos o que também fez com que os primeiros processos não estivessem tão completos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Pediu a palavra para dar uma nota que, em seu entender, é muito importante e que é a padronização da intervenção do executivo municipal, porque os alivia e permite maior clareza, maior rigor e maior transparência, enquanto nos primeiros pedidos a definição passava muito pelos próprios. Chamou também à atenção para o facto do seu voto, o voto da CDU, assentar totalmente nos pareceres favoráveis dos técnicos da Câmara, o que é um elogio e um sinal de que os técnicos da câmara podem e devem fazer ainda mais e demonstra, mais uma vez, que a administração pública é, neste momento, das melhores instituições para garantir rigor, qualidade, transparência e eficácia, ao contrário do que muitos políticos e governantes querem fazer crer. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Antes de colocar os pontos à votação concordou com as intervenções anteriores e que, embora lamentando que seja necessário, a possibilidade de regularização é preferível do que o encerramento e demolição de empresas, maiores ou menores, que estão sedeadas no concelho e que contribuem para a economia local e para o desenvolvimento. Relativamente à afirmação de que estaria em causa a autonomia do poder local com esta legislação, disse que, partindo do princípio que este é um dos passos para que este processo fique concluído para cada um dos requerentes, não gostaria que a decisão de declarar o reconhecimento público municipal pertencesse a outra entidade porque, se alguém tem que declarar, se alguém tem que reconhecer esse interesse, é o município. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que não disse que era o acto de declarar o interesse público municipal que colocava em causa a autonomia do poder local, mas sim a instrumentalização da autarquia através da obrigação, servindo-se da declaração para outros decidirem. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Discordou do ponto de vista porque considera que o município é chamado ao processo através do reconhecimento da importância das instalações e da atividade para o concelho, reconhecimento esse que compete aos órgãos da autarquia. -----

----- **PONTO IX – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE VIRGÍNIA BENTO LOPES – PROCESSO Nº 154/2015 - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE VIRGÍNIA BENTO LOPES – PROCESSO Nº 154/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração pecuária que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE VAC MINERAIS, S.A. – PROCESSO Nº 174/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma empresa que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE SOCIEDADE AGRÍCOLA DO MENDIGAL, LDA. – PROCESSO Nº 176/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração avícola que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE CUSTÓDIO & LUÍSA, LDA.. – PROCESSO Nº 177/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração avícola que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

----- **PONTO XIII - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE CUSTÓDIO & LUÍSA, LDA.. – PROCESSO Nº 178/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração pecuária que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE MARIA DA LUZ MARTINS FERREIRA – PROCESSO Nº 179/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração pecuária que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE ILÍDIO LAURENTINO DUARTE – PROCESSO Nº 194/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação técnica e parecer do Chefe da UUPOT, datados de 16 de novembro de 2015, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração avícola que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE RUIPEDRA, WORLD OF NATURAL STONE, S.A. – PROCESSO Nº 222/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma empresa que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE JOSÉ LOPES SANTO – PROCESSO Nº 229/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação técnica de 10 de novembro e parecer do chefe da UUPOT, de 16 de novembro, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração pecuária que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. – -

----- **PONTO XVIII- DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE JOÃO LINDO FILIPE, LDA. – PROCESSO Nº 233/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma empresa que de forma inequívoca irá

potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIX – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE MANUEL ANTÓNIO SIMÃO – PROCESSO Nº 250/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal dado tratar-se de uma exploração pecuária que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XX – CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM MARMELEIRA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES RL – PROCESSO Nº 247/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que aquando da construção do arruamento com o topónimo Rua João Menezes, foi cedido gratuitamente e ocupada para o domínio público a área de 74,5 m² retirada do prédio urbano inscrito na matriz pelo artigo P946 da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXI – CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM FONTE DA BICA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME CASIMIRO FERREIRA LOPES – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE DIAMANTINO LOPES ANDRÉ – PROCESSO Nº 249/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio rústico inscrito na matriz B do artigo 52 da secção M sito em Fonte da Bica, freguesia de Rio Maior, com a área de 480 m² foi integrado no domínio público, fazendo atualmente para da estrada que atravessa a Fonte da Bica e tem como topónimo atribuído Rua Principal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----- -

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXII – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ALTO DA SERRA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA RITA MARTINS FERREIRA COSTA – PROCESSO Nº 2/2007**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações e ao auto de vistoria, receber definitivamente as obras de urbanização e proceder à libertação do valor da caução de 7 659, 42€ (sete mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos), correspondente à garantia bancária n.º 125021052575. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----- -

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXIII - ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS – ANO DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com as informações e com os fundamentos do estudo económico-financeiro, que as tarifas dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos para o ano de 2016 se mantenham inalteradas relativamente à alteração efetuada em julho de 2015 e em vigor e que, após a sua aprovação, o tarifário seja submetido à ERSAR acompanhado da deliberação que o aprovou e da respetiva fundamentação económico-financeira nos termos do artigo 11º A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, e publicados nos serviços de atendimento, nos respetivos sítios da internet da entidade gestora e titular e nos restantes locais definidos na legislação aplicável. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que esta é uma norma que a ERSAR obriga do ponto de vista da regulamentação e da conformidade com as exigências, não só do regulamento mas também do aumento. Disse que a sua posição relativamente ao aumento é contra, por se tratar de um aumento brutal e abrupto, e que em coerência irá votar também agora contra, sendo que este sentido de voto tem também a ver com uma lógica de privatização da água que os municípios sofrem por via indireta quando tudo estava a ser preparado para que as empresas que fornecem água em alta fossem privatizadas

restringindo o direito fundamental à água. Afirmou que as câmaras são vítimas disso, porque têm que cumprir as leis e as normas, mas que o próprio, enquanto comunista e revolucionário, não quer gerir a situação, quer revolucionar, custe o que custar. Reconheceu que esta não é uma posição cómoda e que seria mais cómodo da sua parte tomar uma posição de expectativa e de esperança, mas que é algo que não quer. Indicou o sentido de voto desfavorável. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Afirmou que tendo já sido aprovado em julho os aumentos de tarifário a decisão de manter o tarifário em vigor é ponderada. Indicou o sentido de voto como favorável porque considerou que em face dos aumentos já feitos é justo que agora se mantenha o valor. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque contrariamente aquilo que se vai dizendo o aumento não foi só no tarifário da água, foi águas, resíduos sólidos e saneamento. O Município de Rio Maior não tinha condições para continuar a suportar anualmente um prejuízo ou défice de cerca de 1 400 000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros) que representa mais de 100 000,00€ (cem mil euros) por mês. Se tal se mantivesse poderia por em causa outros compromissos: refeições escolares, transportes escolares, iluminação pública, investimentos na água, etc..” -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente porque em julho passado a Câmara já fez a atualização do tarifário e parece-me de bom senso que se mantenha a situação, não aumente novamente, porque ela já representa um sacrifício enorme para os riomaiorenses.” -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei contra, em nome da CDU e em meu próprio nome e em nome de nós, e tem a ver com o seguinte: há muita história que ainda não foi contada sobre a questão da água, não tem a ver com a gestão anterior, tem a ver com a gestão da Águas do Oeste, tem a ver com tudo o que hoje são problemas de tesouraria da câmara municipal. Eu, a CDU, e o PCP, nós, isto significa que é um voto político, é no sentido de dar também respaldo a que não podemos ser sempre coniventes com aquilo que nos impõem, eu sei que da dificuldade, é para sustentar o que os outros estavam a dizer, eu votei contra porque acho que os aumentos foram exagerados e a prova disso

é que ao contrário de pedir aumento para cima, nós estamos a pedir que seja aumento para baixo, quer dizer, que seja reduzido, é isto. E o tempo o dirá que temos razão. Não é possível mantermos preços desta ordem.” -----

----- **PONTO XXIV – CEMITÉRIO MUNICIPAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 25º e para os efeitos previstos na alínea k) do n.º1 do artigo 33º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais do Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca de algumas normas constantes do projeto de alteração ao regulamento, designadamente no que respeita à referência a cremação e às inumações no Cemitério de São João Batista. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que relativamente à cremação a referência se deve à colocação das cinzas nos cemitérios municipais e não ao acto de cremação e que em relação às inumações no cemitério de São João Batista a norma dispõe que as pessoas das localidades próximas têm preferência mas que se por alguma eventualidade o cemitério da cidade de Rio Maior estiver lotado as inumações serão feitas no primeiro e este funcionamento se deve ao facto de serem os dois cemitérios da freguesia de Rio Maior e, por isso, devem ser subsidiários. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXV - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior no valor de 7 750,00€ (sete mil e setecentos e cinquenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou o porquê de este ano se atribuir mais 1 000,00€ (mil euros) em relação ao valor atribuído no ano de 2014, se há mais algum serviço para além do jantar de Natal e dos presentes para as crianças. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que o valor a atribuir tem em conta a expectativa das inscrições, sendo que são convidados para a festa todos os trabalhadores, incluindo aqueles que estão deslocados a exercer funções nas escolas e as pessoas que se encontram integradas em medidas do Centro de Emprego, e que no ano de 2014 o valor teve que ser atribuído por duas vezes porque superou o valor inicialmente previsto, e que este ano, sendo que os moldes são os mesmos e as inscrições também, o valor é atribuído na globalidade, não havendo nenhum serviço a mais. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Indicou o sentido de voto favorável e deixou, em nome pessoal do executivo municipal se assim o entender, um voto de agradecimento aos membros da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior que ao longo dos últimos anos têm mantido esta festa e a atribuição de presentes aos filhos dos trabalhadores da câmara municipal, proporcionando a todos momentos agradáveis e de convívio. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Acrescentou que a festa de Natal é feita com a dignidade possível, bastante mais modesta do que aquelas que se faziam há alguns anos, mas dentro das possibilidades atuais e nos mesmos moldes dos últimos anos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Realçou que o direito à informação é legítimo e que os documentos que lhe foram presentes não explicavam o porquê da alteração de valor, daí a sua questão, e que em face da explicação indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Antes de colocar o assunto a votação disse ainda que é óbvio que o Vereador tem direito à informação e que pode colocar todas as questões que considere necessárias assim como de se dirigir aos serviços e solicitar os esclarecimentos que entender, como tem acontecido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa – Vale de Óbidos, Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à petição apresentada dizendo que foi um dos que a assinou e que aquilo que gostaria de ter visto era a coragem de todo o executivo municipal em dizer que o grande problema foi efetivamente a opção por colocar os choupos numa área onde circula muita gente todos os dias, para além dos moradores, por serem as árvores mais baratas e considerou que é necessário, efetivamente, encontrar uma solução. Disse ainda que a situação se repete junto ao Pavilhão Multiusos. Referiu ainda que em relação às palmeiras e respeitando a decisão tomada, em sua opinião, o executivo foi até muito benevolente e felizmente não aconteceu nada de grave. Lamentou o seu desaparecimento, reconheceu que tudo foi feito para as manter, mas concorda com a opção tomada por questões de segurança pública. -----

----- Referindo-se à situação da água afirmou que a sua principal preocupação não é o custo da mesma mas sim o choque brutal para muitos munícipes, comércio e empresas do concelho e com certeza que o executivo terá todos os meios para minimizar essas questões. Afirmou que a sua maior preocupação é que o próprio, que não mora na cidade de Rio Maior, é confrontado com a mesma panóplia de taxas para a sua zona de residência em área rural. Questionou o porquê, já que no que se refere a águas pluviais não há qualquer controle, a limpeza urbana é inexistente, e existem outras tantas situações que poderia enumerar. Acrescentou ainda que um munícipe que gaste cinco metros sentiu o aumento e que até pode perceber a lógica do incentivo à poupança por via do aumento de tarifas, alertando de que há, no entanto, muita obra a fazer na renovação das redes e que inclusive na sua zona ainda existe luselite e que estes aumentos possam permitir a beneficiação das redes para permitir uma melhor qualidade de vida. -----

----- Por último questionou acerca de uma carta que entregou na Câmara Municipal em nome da EICEL¹⁹²⁰ acerca de uma ação que irão desenvolver para limpeza da zona envolvente com a participação de muitos voluntários como já aconteceu anteriormente. -----

----- **Senhora Aida Francisco - Rio Maior** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca de estarem os resíduos sólidos junto com água foi decidido pelo município ou pelo governo, explicando que por vezes a aplicação desta forma leva a injustiças como acontece com o seu espaço comercial que se situa num centro comercial onde existem varias lojas e apenas aquelas que possuem contador é que pagam esta tarifa de resíduos sólidos quando outras lojas com outras

atividades que não necessitam contador mas que produzem lixo não têm qualquer encargo, enquanto a própria paga duas vezes, uma da loja e outra do condomínio. Considerou que se deveria, nesta matéria, trazer alguns bons exemplos como é a Suíça onde cada um paga apenas pelo lixo que produz através de aquisição de um saco fornecido pela entidade que gere esse serviço. -----

----- De seguida questionou apenas se o executivo municipal está satisfeito com o abate das palmeiras. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente à questão de os resíduos sólidos serem cobrados junto com a água esclareceu que se trata de uma imposição legal praticada em todos os municípios do país, que o valor pago pelos resíduos está diretamente ligado ao consumo da água, agora quem não tem contador também não tem água e logo não paga lixo, quando diz que há pessoas que não pagam lixo porque só alguns é que têm contador portanto quem não tem contador nem paga água nem paga lixo e nestes casos trata-se de uma situação em que não havendo contador de água o valor dos resíduos será certamente pago ao condomínio. Quantos aos bons exemplos que poderiam ser praticados, lembrou que nada disso serve se as pessoas não foram educadas e tiverem respeito e civismo, sendo esses o principais princípio de base que devem ser seguidos. -----

----- Relativamente ao corte das palmeiras disse que obviamente ninguém ficou satisfeito com a situação mas voltou a reforçar que não existia outra possibilidade já que estas estavam a ameaçar a segurança pública não tinham qualquer hipótese de recuperação. Disse ainda que a ideia futura é encontrar três árvores para o local que sejam adequadas e que se enquadrem no local. -----

----- Em relação à EICEL¹⁹²⁰ disse que entretanto será remetida a resposta ao solicitado. -----

----- Sobre a questão das águas esclareceu que nem as águas pluviais nem a limpeza urbana vem incluída na fatura, sendo que esta contempla o consumo de água, o saneamento e os resíduos urbanos, acrescentando que aquilo que é faturado aos consumidores é igual em todo o concelho. Relativamente ao aumento referiu que não houve reclamações aquando da divulgação de que haveria aumento, as reclamações apenas surgiram quando foram recebidas as primeiras faturas com a alteração e foram muitas as pessoas que a própria recebeu e deu explicações, para além de todos aqueles que foram atendidos nos serviços de águas da câmara municipal e no atendimento na Loja do Cidadão. Considerou que todos têm o direito de se manifestar mas também têm o dever de ouvir para se esclarecerem e serem elas próprias veículos de transmissão dessa informação, mais ainda se tiverem responsabilidades

públicas. Disse que este aumento foi uma medida de gestão, que muito custou a tomar e que nada tem de política, cumprindo a legislação e procurando a boa gestão e tentando aproximar o valor que a câmara paga com aquele que recebe pelo serviço prestado. Salientou ainda que a Câmara Municipal, nos últimos anos tem tido também uma responsabilidade social acrescida que originou a necessidade de gestão mais rigorosa e que permita a ajuda e o apoio a muitos, através de medidas sociais, nesta altura de grandes dificuldades sociais. Afirmou que a sua maior ambição é um preço justo para a água e água em quantidade e de qualidade para os munícipes. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Pede a palavra para dizer que como membro da comissão de utentes garante que se houver manifestação e entrega das assinaturas a primeira pessoa a saber será a Presidente da Câmara, face à lei, face às obrigações que o movimento de utentes tem ou qualquer cidadão, portanto qualquer manifestação anunciada nada tem a ver com a comissão de utentes. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Pede a palavra para acrescentar que a água está cara porque existe uma grande quantidade de desperdício e é preciso fazer investimentos, afirmando que o esforço que é feito para arranjar abaixo-assinados deveria ser no sentido de esclarecer as populações do porquê da água ser cara, o que se pode fazer para ser mais barata e o dinheiro que é preciso investir para se resolver as situações. Acrescentou ainda que convém que a câmara municipal o faça rapidamente e que para isso foram já tomadas algumas medidas fazendo alguns investimentos para minimizar as perdas para que seja possível para 2017 fazer-se o se fez para 2016 e não haver aumento de tarifas. Referiu ainda que a administração central tem que perceber que os custos não podem ser imputados ao sistema porque todos sabem que um metro de saneamento em Rio Maior custa tanto como em Lisboa e cem metros de saneamentos podem servir quatrocentas pessoas e em Rio Maior serve quatro e os custos são imputados aos sistemas e não há densidade populacional, fazendo que nuns sítios seja rentável e em outros não, afirmando que tem que haver justiça na legislação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Reforçou que na elaboração dos orçamentos anuais se perceber que com o conjunto de medidas tomadas o resultado é positivo pode então pensar-se em fazer uma atualização em baixa. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA DO ROSÁRIO BENTO FLORES** -----

----- Sugeriu que fosse realizada uma explicação pública sobre o aumento da água para que quem quisesse ficar esclarecido acerca do assunto. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

----- Lembrou que foi distribuída informação acerca dos aumentos antes de estes acontecerem e que posteriormente quem quis ser esclarecido dirigiu-se à câmara ou à própria e tentou-se de todas as formas explicar como se processou este aumento. Reforçou que sempre esteve disponível para todo e qualquer esclarecimento, assim como os serviços. Para concluir lembrou que é também necessário que as pessoas se eduquem no que se refere a gasto de água e exista uma poupança real neste bem que é cada vez mais escasso. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____